

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 467/2018-PGJ, DE 31.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche para participar da Reunião do Grupo Técnico do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD –, a ser realizado nos dias 31.1 e 1º.2.2018, no edifício-sede do Ministério da Justiça, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 394/2018-PGJ, DE 29.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
4ª	Romão Avila Milhan Junior	8 e 9.2.2018	Compensação	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo
15ª	Antenor Ferreira de Rezende Neto	15 e 16.2.2018	Compensação	Talita Zoccolaro Papa Muritiba
20ª	William Marra Silva Junior	15 e 16.2.2018	Compensação	Juliana Pellegrino Vieira
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado	15 e 16.2.2018	Compensação	Lia Paim Lima
27ª	Juliana Martins Zaupa	15 e 16.2.2018	Compensação	Daniel do Nascimento Britto
40ª	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	19.2 a 9.3.2018	Férias	Daniel Higa de Oliveira
44ª	Silvio Amaral Nogueira de Lima	9, 15 e 16.2.2018	Compensação	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
		19 a 23.2.2018	Férias	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 427/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos a partir de 9.4.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 428/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	8 e 28.10.2017	5 e 6.2.2018
George Cassio Tiosso Abbud	25 e 26.7.2015	15 e 16.2.2018
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	4 e 5.7.2015	15 e 16.2.2018
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	12, 13 e 14.10.2017	2, 15 e 16.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 429/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar a 68ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, na implementação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM –, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 430/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Substituto Gilberto Carlos Altheman Júnior 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, a serem usufruídos nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 431/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 45/2005 em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 432/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 17/2011 em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 458/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara, no dia 2.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Substituto Paulo Henrique Mendonca de Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 460/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 2.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar; e tornar sem efeito as Portarias nº 364/2018-PGJ, de 26.1.2018, e nº 391/2018-PGJ, de 29.1.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 463/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral, nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Substituto Paulo Henrique Mendonca de Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 466/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bataguassu, Edival Goulart Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia, no dia 9.2.2018, em razão de licença para tratamento de saúde do titular, Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 420/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Sílvia Maria Olívia Ghinozzi para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 421/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Andressa Rodrigues Crepaldi para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 422/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Carlo Zanandreis Lopes para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 437/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2018, as Portarias nº 155/2017-PGJ, de 18.1.2017, e nº 1822/2017-PGJ, de 6.6.2017, nas partes em que se designou a servidora Caroline Pires Aquino, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 438/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2018, as Portarias nº 1444/2016-PGJ, de 6.6.2017, e nº 3014/2017-PGJ, de 11.9.2017, nas partes em que se designou o servidor Leonardo Bertaglia Agostinho, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 439/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2018, a Portaria nº 1824/2017-PGJ, de 6.6.2017, na parte que designou a servidora Luisa de Marilac Silva Cordeiro Almeida, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 440/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2018, as Portarias nº 1822/2017-PGJ, de 6.6.2017, nº 1824/2017-PGJ, de 6.6.2017, e nº 1825/2017-PGJ, de 6.6.2017, nas partes em que se designou a servidora Maria Caroline Lima Madureira, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 441/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2018, a Portaria nº 1823/2017-PGJ, de 6.6.2017, na parte que designou a servidora Raiane Santos Arteman, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 359/2018-PGJ, DE 25.1.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Daniel Francisco Mercado Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 24.1.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 360/2018-PGJ, DE 25.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4179/2017-PGJ, de 4.12.2017, que estabeleceu a escala de plantão para o feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 22/2013-PGJ, de 13.11.2013:

- na parte onde consta:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ		
DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
28.12.2017	Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	Priscilla Nóbrega Coelho
3.1.2018	Adiy Adi Tranches	Alessandra Katiucha da Silva Cavassa

- passe a constar:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ		
DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
28.12.2017	Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	Alessandra Katiucha da Silva Cavassa
3.1.2018	Adiy Adi Tranches	Priscilla Nóbrega Coelho

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 371/2018-PGJ, DE 26.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João José de Souza, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a

partir de 1º.1.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 372/2018-PGJ, DE 26.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 6.1.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 373/2018-PGJ, DE 26.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, nos dias de 18 e 19.1.2018, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da servidora *Alessandra Katiucha da Silva Cavassa*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 374/2018-PGJ, DE 26.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no período de 8 a 27.1.2018, em razão de férias da titular, *Sabrina Lopes Baes*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 375/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 23.2.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 376/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços nos procedimentos e audiências extrajudiciais da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no período de 31.1 a 9.2.2018, em razão de férias do servidor *Epsom Xavier Pereira*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 378/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Arnaldo Benicio da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no período de 22 a 31.1.2018, em razão de férias da titular, *Wanessa Barbosa Santana*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 380/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 18 a 27.1.2018, em razão de férias do servidor *Andre Luiz Correa de Melo*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 381/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tania Batista Rosa, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 27.1.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 382/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Catia Cristiane Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Pagamento, no período de 22.1 a 5.2.2018, em razão de férias da titular, *Andreia Daiane Vargas*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 383/2018-PGJ, DE 29.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 25.1.2018, nos termos do artigo 35 da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 5º, inciso IV, e 7º da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 413/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Bruna Rech Lima, por meio da Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.4.2018, a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 417/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 24.1.2018, as férias do servidor Rafael Assef Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 24.9 a 1º.10.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

1. Expedientes:**1.1. Expediente encaminhado ao Conselho Superior para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do MP:**

- Ofício nº 1101/2017/CGMP/MS, de 19.12.2017, em atenção ao artigo 18, inciso XI e artigo 172 da Lei Complementar nº 72/94, encaminha para conhecimento, o Relatório Circunstanciado das Correções Ordinárias realizadas nas Promotorias de Justiça de Eldorado, Itaquiraí, Mundo Novo, Angélica, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Anaurilândia, conforme Aviso nº 15/CGMP/2017 e Aviso nº 17/CGMP/2017.

1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo:**6.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator:****1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001517-7.

2. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001413-8.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000352-0.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000310-8.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 20/2016.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000848-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000800-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 25/2010.
- Inquérito Civil nº 14/2012.
- Inquérito Civil nº 20/2012.
- Inquérito Civil nº 26/2012.
- Inquérito Civil nº 31/2012.
- Inquérito Civil nº 37/2012.
- Inquérito Civil nº 4/2013.
- Inquérito Civil nº 11/2013.
- Inquérito Civil nº 15/2013.
- Inquérito Civil nº 17/2013.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000473-6.

9. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000551-3.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 12/2014.
- Inquérito Civil nº 8/2016.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000892-5.

11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 5/2014.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 2/2015.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 1/2016.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 2/2017.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 4/2009.

17. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 9/2015.

18. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000411-4.

b. Expedientes:**1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001726-8.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001440-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000354-8.

3. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000139-0.

4. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001230-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001137-0.

5. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000598-3.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000466-9.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001020-9.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 6/2014.
- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 18/2016.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 16/2015.
- Inquérito Civil nº 9/2016.
- Inquérito Civil nº 10/2016.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 3/2017.
- Inquérito Civil nº 4/2017.
- Inquérito Civil nº 5/2017.
- Inquérito Civil nº 7/2017.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 8/2010.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 31/2015.
- Inquérito Civil nº 32/2015.

1.2.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0968/2017/16PJ/DOS, de 30.11.2017, em resposta ao Ofício nº 0768/2017/SCSMP, que conheceu da prorrogação solicitada com a observação de que se dê prioridade à conclusão do **Inquérito Civil nº 65/2009**, informa que tem sido conferida a prioridade, restando pendente exclusivamente da análise técnica solicitada ao DAEX.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000748-1.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 13/2016.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 70/2012.
- Inquérito Civil nº 8/2013.
- Inquérito Civil nº 15/2013.
- Inquérito Civil nº 8/2014.
- Inquérito Civil nº 10/2014.
- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 21/2015.
- Inquérito Civil nº 23/2015.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 18/2014.
- Inquérito Civil nº 18/2016.

1.2.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001625-8.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001599-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001502-6.

2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000454-7.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000772-6.

4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000144-6.

5. Procuradoria-Geral de Justiça:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000320-4.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000642-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000674-9.

7. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 39/2013.
- Inquérito Civil nº 21/2015.

8. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 43/2015.

9. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 34/2014.
- Inquérito Civil nº 35/2014.
- Inquérito Civil nº 36/2014.
- Inquérito Civil nº 43/2015.
- Inquérito Civil nº 46/2015.
- Inquérito Civil nº 48/2015.
- Inquérito Civil nº 59/2015.

10. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 15/2014.
- Inquérito Civil nº 16/2014.
- Inquérito Civil nº 44/2015.

11. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 22/2011.

12. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 4/2015.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 11/2015.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 16/2012.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 16/2016.

1.2.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000205-3.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000283-4.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000276-7.

2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000592-4.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000496-2.

4. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000014-0.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000388-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000369-6.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000387-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000770-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000456-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000106-1.

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000458-4.

6. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000282-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001424-5.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 14/2016.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 51/2014.
- Inquérito Civil nº 12/2015.
- Inquérito Civil nº 06.2015.00000300-0.

11. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 58/2013.
- Inquérito Civil nº 60/2013.

12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 6/2016.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 5/2003.
- Inquérito Civil nº 7/2012.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 12/2015.

15. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2014.
- Inquérito Civil nº 5/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2016.

16. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 46/2014.
- Inquérito Civil nº 27/2016.

17. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 13/2016.
- Inquérito Civil nº 37/2016.

1.2.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000398-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001528-8.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000633-8.

4. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 10/2010.
- Inquérito Civil nº 124/2011.
- Inquérito Civil nº 5/2013.
- Inquérito Civil nº 23/2014.
- Inquérito Civil nº 39/2014.

5. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 65/2009.
- Inquérito Civil nº 10/2015.
- Inquérito Civil nº 22/2015.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 4/2016.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 5/2015.
- Inquérito Civil nº 1/2016.
- Inquérito Civil nº 30/2016.
- Inquérito Civil nº 3/2017.
- Inquérito Civil nº 4/2017.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 4/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 9/2015.
- Inquérito Civil nº 4/2016.
- Inquérito Civil nº 6/2016.
- Inquérito Civil nº 8/2016.
- Inquérito Civil nº 9/2016.

1.2.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001525-5.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000506-1.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 31/2014.
- Inquérito Civil nº 13/2016.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 4/2014.
- Inquérito Civil nº 11/2014.
- Inquérito Civil nº 26/2014.
- Inquérito Civil nº 5/2015.
- Inquérito Civil nº 9/2015.
- Inquérito Civil nº 12/2016.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 8/2015.
- Inquérito Civil nº 8/2016.
- Inquérito Civil nº 9/2016.

- Inquérito Civil nº 10/2016.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 53/2013.
- Inquérito Civil nº 60/2013.
- Inquérito Civil nº 57/2014.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 46/2014.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 6/2011.
- Inquérito Civil nº 11/2013.
- Inquérito Civil nº 14/2014.

1.2.7. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000062-2.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000391-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000372-6.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000940-2.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Comunica a prorrogação de prazo para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000468-4.
- Inquérito Civil nº 5/2013.
- Inquérito Civil nº 6/2013.
- Inquérito Civil nº 2/2014.
- Inquérito Civil nº 3/2014.
- Inquérito Civil nº 4/2014.
- Inquérito Civil nº 25/2014.
- Inquérito Civil nº 37/2014.
- Inquérito Civil nº 38/2014.
- Inquérito Civil nº 56/2014.
- Inquérito Civil nº 57/2014.
- Inquérito Civil nº 58/2014.
- Inquérito Civil nº 64/2014.
- Inquérito Civil nº 68/2014.
- Inquérito Civil nº 72/2014.
- Inquérito Civil nº 2/2015.
- Inquérito Civil nº 5/2015.
- Inquérito Civil nº 7/2015.
- Inquérito Civil nº 26/2015.
- Inquérito Civil nº 29/2015.
- Inquérito Civil nº 31/2015.
- Inquérito Civil nº 32/2015.

- Inquérito Civil nº 36/2015.
- Inquérito Civil nº 67/2015.

1.3. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADOS AO CONSELHO:

1.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- **2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 6/2015. Compromissários: Jeferson Chiodelli e Waldir Silveira Dutra.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000894-7. Compromissário: VT Brasil Administração e Participação Ltda.

1.3.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

- **Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 15/2016. Compromissária: Maracanã Agropecuária Ltda, neste ato representado por José Eduardo Rocha Cabral.

1.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- **Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 28/2010. Compromissário: Gerson Gomes de Oliveira – fazenda Maria Catarina.

1.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

- **2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 4/2016. Compromissária: Prefeitura Municipal de Paranaíba, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Ronaldo José Severino de Lima.

2. Ordem do dia:

2.1. Matéria Administrativa:

2.1.1. Eleição do Secretário do Conselho Superior do MP e seu substituto para o mandato de 1 (um) ano.

2.1.2. Memorando nº 0007/2018/ASSEP2/PGJ, de 15.1.2018, referente ao PA nº 02.2018.00001148-9, para análise pelo Colégio de Procuradores e pelo Conselho Superior do MP da indicação de um representante, de cada colegiado, para compor o Comitê de Gestão Estratégica.

2.1.3. Aprovar *ad referendum* a Portaria nº 308/2018–PGJ, de 24.1.2018, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2017, publicada no DOMP-MS nº 1663, de 29 de janeiro de 2017.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. Processo com pedido de prorrogação de prazo:

1. Inquérito Civil nº 24/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Camapuã em adotar providências para atender os moradores do Jardim São Bento, vítimas das constantes enchentes do córrego Água Amarela, nesta cidade.

Relator Conselheiro Belmires Soles Ribeiro

2.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000124-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerentes: Desireé de Podestá Etges Rodrigues e Mara Cristina Brandoli Machado

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual irregularidade no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do município de Camapuã-MS, envolvendo o candidato Márcio Fernandes da Silva.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000181-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Ivanie Alves e Izidora Flores

Assunto: Apurar poluição sonora advinda de som em residências localizadas na Rua Bombeia, Residencial Ponta Porã I, neste município.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001016-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto descumprimento de critério de edital referente ao Pregão Presencial n. 284/2014 - Processo n. 87706/2014-83, concernente à qualidade precária dos uniformes e instrumentos de trabalho fornecidos aos Agentes da Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETTRAN.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 11/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa matizada pela realização de gastos, no âmbito da “Festa do Peão”, em possível ofensa às regras de geração de despesas públicas e inexigibilidade licitatória (LIA, art. 10, VIII).

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 19/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida Morel Pedroso

Assunto: Apurar a notícia de prática de desmatamento, no imóvel rural denominado “Assentamento Nossa Senhora Aparecida”, no município de Coxim, sem autorização ambiental.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

6. Inquérito Civil nº 27/2014

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jefferson Ramires Zenatti

Assunto: Registrar notícia indicativa de eventual ocupação irregular da área denominada área pública, localizada defronte o imóvel da rua Arapongas, nº 330, BNH 4º Plano.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

7. Inquérito Civil nº 4/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no encaminhamento de livros escolares, em tese destinados à rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul e aparentemente nunca utilizados, para reciclagem.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

8. Inquérito Civil nº 12/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tropa dos Doze

Assunto: Apurar o isolamento das áreas de passivo ambiental e o reflorestamento das APP.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

9. Inquérito Civil nº 8/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de edificações realizadas em APP, as quais são, também, alagadiças ou de extravasam de enchentes do Rio Taquari.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

10. Inquérito Civil nº 11/S/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aer José da Trindade

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Três Irmãos.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

11. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar eventual ilegalidade no emprego de verbas públicas na construção da Academia ao Ar Livre nesta Cidade.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

12. Inquérito Civil nº 2/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anselmo Hartmann

Assunto: Investigar o cumprimento da legislação ambiental relativa à instituição, regularização e preservação da área de reserva legal do imóvel rural denominado fazenda Boa Esperança, em Aral Moreira/MS.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

13. Inquérito Civil nº 7/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ilca Corral Mendes Domingos, Czi Comércio e Serviços de Informática ME, Jean Jose Antunes, Kelly Mendonza Tobias e Ademir Arruda Leão

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa em razão da Prefeitura Municipal de Nioaque/MS, no ano de 2012, em tese, ter contratado empresa para digitalização de documentos e feito o pagamento sem que o serviço tenha sido prestado.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000253-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clínica Renal Dinefro Ltda.

Assunto: Acompanhar as modificações necessárias na Clínica Renal LTDA - DINEFRO, listadas no Relatório de Auditoria Ordinária (Versão Final) SISAUD/SUS n. 200 - Processo n. 27/1536/2015, para garantir eficiência no tratamento renal destinado aos pacientes da região de Dourados/MS.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000513-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Fábio Luis da Silva

Requerida: Energisa S.A.

Assunto: Apurar a notícia indicativa de eventual interrupção/oscilação constante no fornecimento de energia elétrica pela empresa ENERGISA/MS, nos bairros Jardim Europa, Jardim Mônaco e Altos das Palmeiras, na cidade de Dourados/MS.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00000981-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta prática de abuso de autoridade nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em relação a direitos de intimidade do requerente Fernando Augusto Brasil Ferreira.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

17. Inquérito Civil nº 41/2012 (Sigiloso)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

18. Procedimento Preparatório nº 13/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades quanto a nomeação de Franciane da Rocha Santos Rozeni para ocupar cargo de provimento em comissão junto à Câmara de Vereadores de Naviraí.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

19. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o descumprimento por parte dos estabelecimentos comerciais de Nioaque/MS das leis que determinam atendimento prioritário para gestantes, idosos e pessoas com deficiência.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

20. Inquérito Civil nº 5/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Agropecuária Estrada Sete Placas Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Paraíso, localizada no município de Iguatemi.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

21. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Batayporã

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Acesso à Transparência pela Prefeitura de Batayporã/MS.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

22. Inquérito Civil nº 1/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Municípios de Rio Negro, Rochedo e Corguinho

Assunto: Apurar possível irregularidade na aplicação de recursos públicos para realização de festas carnavalescas neste ano de 2016.

Retirado de pauta na reunião do dia 12.12.2017, por ausência justificada do Relator.

23. Inquérito Civil nº 06.2015.00000066-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Estância Quatro Gerações

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Estância Quatro Gerações, localizada na comarca de Nova Andradina/MS, em virtude de queimada realizada na referida propriedade, sem autorização do órgão ambiental competente.

24. Inquérito Civil nº 06.2016.00000359-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ki Sabor Produtos Alimentícios Ltda. – ME.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em supostas irregularidades da Empresa Ki Sabor Produtos Alimentícios Ltda. - ME que possui contratos firmados no ano de 2015, junto ao Município de Campo Grande/MS.

25. Inquérito Civil nº 06.2016.00000443-6

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar notícia indicativa de ocupação irregular de área pública, denominada Vila Conquista, localizada na Rua dos Trabalhadores entre os bairros Estrela Porã e Altos do Alvorada, em Dourados-MS.

26. Inquérito Civil nº 06.2016.00001093-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M.C.O. da F.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por M. C. O. da F., tendo em vista veiculação de propaganda de cunho eleitoral em "outdoors" espalhados pela cidade, para sua candidatura ao cargo de prefeito em 2016, em possível contrariedade à legislação eleitoral.

27. Procedimento Preparatório nº 06.2016.0000049-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades que culminaram no atraso de repasses de verbas a estabelecimentos de ensino conveniados com Município de Dourados.

28. Inquérito Civil nº 06.2017.00000118-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Edvaldo Soares da Silva - ME.

Assunto: Averiguar eventual poluição sonora praticada pelo estabelecimento denominado "Barbosa Acoustic Bar", de propriedade de Edivaldo Soares da Silva-ME, situado na Avenida Antônio Alvino Martins, Bairro Alto, no município de Camapuã-MS.

29. Inquérito Civil nº 06.2017.00000202-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes de contratações irregulares de profissionais ao cargo de Assistente Social, em detrimento dos aprovados no concurso público de 2013, praticado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

30. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000751-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar eventual desvio de função em cargos de técnico em enfermagem ocupados por servidores efetivos que prestaram concurso público para cargos diversos e estão atuando no Posto de Saúde São Sebastião, e ainda, o caso da servidora Fabiane Silva de Almeida, lotada no mesmo local, que se encontra de licença há mais de dois anos, no município de Ribas do Rio Pardo/MS.

31. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000907-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: 4ª Vara da Fazenda Pública e de Registros Públicos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa perpetrado pelo Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência do descumprimento de decisão judicial que determinou o fornecimento do medicamento Romiplostim 250mcg (NPLATE), à paciente Jovelina Pinheiro de Oliveira, nos autos do processo nº. 0843002-18.2016.8.12.0001.

32. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001051-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ausência de Médicos Anestesista no Hospital Municipal de Ivinhema, impossibilitando a realização de procedimentos cirúrgicos e prejudicando a assistência aos munícipes.

33. Inquérito Civil nº 06.2017.00001468-2

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reciclagem Machado (matriz e filial)

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais provocados pela Reciclagem Machado (matriz e filial), localizada no município de Campo Grande/MS, bem como sua regularidade jurídico-ambiental.

34. Inquérito Civil nº 25/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na distribuição de unidades habitacionais aos beneficiários do empreendimento Vila Quarenta, em implantação neste município de Nioaque/MS.

35. Inquérito Civil nº 12/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar inconsistências no funcionamento do Centro Conviver da Melhor Idade no que se refere à realização de eventos sem o devido isolamento acústico e eventual poluição sonora ambiental.

36. Inquérito Civil nº 12/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Médicos e Servidores da área de Saúde do Município de Angélica

Assunto: Apurar denúncia apócrifa de não cumprimento regular da jornada de trabalho por médicos contratados e servidores da área de saúde do município de Angélica.

2.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001139-2**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o correto acondicionamento do lixo produzido pelo comércio de alimento na região do Parque das Nações Indígenas e a eficiência do cercamento da área de preservação permanente do Córrego Sóter para evitar o atropelamento de quatis e capivaras nas vias públicas da região.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001923-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da manutenção da ponte que liga o Estado de Mato Grosso do Sul ao Estado de Minas Gerais sobre o Rio Paranaíba, Ponte do Porto Alencastro, localizada na Rodovia BR-497, no Município de Paranaíba.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000504-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta ilicitude na emissão de atestado de capacidade técnica pela Empresa “CSTECH MS Teleinformática Ltda.” em benefício à Empresa “Premier Prestação de Serviços Ltda.”.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000797-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da Lei Municipal nº 2.123 de 09 de Maio de 2017, do Município de Paranaíba que concedeu

5. Inquérito Civil nº 51/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da suposta ocorrência de irregularidades administrativas relacionadas ao pagamento de valores referidos no empenho 1674/2014, pelo município de Naviraí/MS.

6. Inquérito Civil nº 20/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do pagamento indevido de salário, acumulação indevida de cargos ou desvio de função da servidora pública do município de Itaporã, Silvana Dias Correa Godoi.

7. Inquérito Civil nº 15/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar as providências adotadas em relação ao Ofício nº 493/2014 1ªPJ/Naviraí (Portal da transparência).

8. Inquérito Civil nº 15/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim, JPM Consultoria Contábil Ltda. e a INTECCO -Tecnologia e Informática de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de serviços de assessoria com as empresas JPM Consultoria Contábil e INTECCO Tecnologia e Informática de Coxim, e possíveis atos de improbidade daí decorrentes.

9. Inquérito Civil nº 17/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou ato de improbidade administrativa no que tange à aquisição de combustível para manutenção dos veículos TOYOTA BAND, ano 1991, placa HQH 0100, CAMINHÃO FORD 7000, placa HQX 3645, FIAT/PALIO ELX FLEX, ano 2009/2010, placas HQH 7383, pertencentes ao município de Rochedo/MS, que, no entanto, estão em desuso e abandonados há dos anos no pátio e depósito da Prefeitura Municipal.

10. Inquérito Civil nº 70/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marinisa Kiyomi Mizoguchi

Assunto: Apurar eventuais irregularidades perpetradas, em tese, no bojo da Secretaria Municipal de Educação.

2.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000298-9**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Educacional Esgaib Kayatt

Assunto: Apurar o atraso injustificado na expedição de diplomas pela Faculdade de Ponta Porã - União Nacional das Instituições de Ensino Superior Particular (FAPUNIESP) aos alunos que concluíram o curso de Licenciatura em Letras no ano de 2013.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001102-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Ronaldo Guerreiro Botelho

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta não consideração na folha de pagamento do mês de maio/2016 do Poder Executivo, da dedução obrigatória acima do limite constitucional das remunerações, mais precisamente, de Auditores Fiscais da Receita Estadual e Fiscais de Tributos Estaduais.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000726-0

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a adoção de providências pelo Município de Aparecida do Taboado quanto à possível irregularidade na “Milkshakeria Vicalé, visto que o estabelecimento teria suprimido a rampa de acesso à calçada adaptada para deficientes quando da realização de reforma no prédio.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000765-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Prefeito Municipal de Deodápolis, Valdir Luiz Sartor, que estaria beneficiando a servidora pública S.F. de A., namorada do filho do Chefe do Executivo Municipal.

5. Inquérito Civil nº 16/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tarumã

Assunto: Apurar a prática de supressão vegetal em aproximadamente 44ha (quarenta e quatro hectares), da fazenda Tarumã, localizada no município de Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Miltro Rodrigues Pereira, sem autorização do órgão ambiental competente.

6. Inquérito Civil nº 16/2015

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Centro de Recuperação Recomeço

Assunto: Apurar eventuais abusos e irregularidades na prestação de serviços por parte do Centro de Recuperação Recomeço aos seus internos, assim como a possibilidade de maus tratos por parte do corpo técnico daquela instituição.

7. Inquérito Civil nº 11/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade existente em virtude do descaso e abandono do poder público municipal no tocante à obra de construção do Centro de Convenções de Dourados.

8. Inquérito Civil nº 25/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sociedade Beneficente Dona Elmíria Silvério Barbosa

Assunto: Apurar eventual irregularidade em aplicação de recursos públicos destinados à Sociedade Beneficente Dona Elmíria Silvério Barbosa.

9. Inquérito Civil nº 6/2008

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Empresa Indústria Siderúrgica de Ferro Gusa Mato Grosso do Sul Ltda. -SIMASUL e a fazenda Pindó

Assunto: Apurar possível prática de atos que causaram danos ao meio ambiente pelas investigadas.

2.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 62/2014**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade no repasse de recursos públicos do Governo de Mato Grosso do Sul para a Santa Casa de Campo Grande.

2. Inquérito Civil nº 24/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar os motivos do não fornecimento de equipamentos de proteção individual para os agentes de endemias pelo município de Nova Andradina/MS.

3. Procedimento Preparatório nº 10/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a situação da curatela do interditado Leandro da Cruz de Arruda.

4. Inquérito Civil nº 17/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edvaldo Zanata

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais supostamente causados pelo requerido na fazenda Estância Vale do Taquari, localizada nesta Comarca.

5. Inquérito Civil nº 9/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Policon Engenharia e Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar teor das Notícias de Fato nº 10/2012, 13/2012 e 15/2012, indicando possíveis irregularidades nas Tomadas de Preços nº 002/2010, 012/2010, 014/2010, 004/2012 e 007/2012 e consequentes contratos administrativos celebrados entre o município de Sidrolândia e a empresa "POLICON ENGENHARIA LTDA.", em desrespeito à lei de licitações, visto que somente dita empresa adquire o edital e comparece às atas.

6. Inquérito Civil nº 23/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Eduardo Cury

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida por José Eduardo Cury, integrante do grupo denominado "GISA", ao realizar a compra de um software pelo valor de quase 10 milhões de reais.

7. Inquérito Civil nº 4/2012

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório da empresa VS Tecnologia com o município de Dourados.

8. Inquérito Civil nº 16/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Comércio Local

Assunto: Apurar o uso abusivo de instrumentos sonoros no comércio e a necessidade de adequação destes aos limites permitidos e às normas do Código de Posturas do Município.

9. Inquérito Civil nº 10/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Hospital Rita Antônia Maciel Godoy e o município de Caracol/MS

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa do Executivo Municipal de Caracol e do administrativo do Hospital Rita Antônia Maciel de Godoy, de Caracol, em razão dos prejuízos causados aos cofres públicos da Prefeitura de Caracol em reiteradas ações trabalhistas de funcionários do referido nosocômio.

10. Inquérito Civil nº 8/2010

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chácara Divisa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Chácara Divisa, especialmente em relação à falta de reserva legal e possíveis irregularidades na área de preservação permanente.

11. Inquérito Civil nº 2/2009 - Anexo AIP

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Usina Angélica Agroenergia Ltda.

Assunto: Apurar se às atividades da Usina Angélica Agroenergia estava provocando a proliferação da "mosca do estábulo" a qual tem gerado a degradação da saúde das pessoas e dos animais que se encontram próximos a empresa.

12. Inquérito Civil nº 5/2013

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regular disponibilização da Relação Nacional de Medicamentos - RENAME, no que se refere ao componente estratégico da assistência farmacêutica (CESAF) e ao componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF) no município de Dourados.

2.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 26/2014

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a situação precária dos banheiros na Escola Estadual Carmelita Canale Rebuá, sobretudo em razão da realização de procedimento licitatório para reforma dos sanitários coletivos no referido estabelecimento de ensino.

2. Inquérito Civil nº 25/2016

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Santos e Guerreiros Ltda. - Curso Prepara

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos dos consumidores de Corumbá pela empresa “Santos e Guerreiro Ltda. - Curso Prepara”, consistente em publicidade enganosa, em infringência ao art. 37, parágrafo 1º do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

3. Inquérito Civil nº 10/2011

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar denúncia de prática de nepotismo na contratação de Evandro Alves Corrêa para trabalhar no Hospital Dr. Estácio Muniz.

4. Procedimento Preparatório nº 5/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades e irregularidades no uso de máquinas públicas destinadas a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais do município de Guia Lopes da Laguna na prestação de serviços na fazenda Anhanduty.

5. Inquérito Civil nº 45/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerentes: Ministério Público Estadual e Karla Angélica Pereira Dias

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o conteúdo das declarações da Sra. Karla Angélica Pereira Dias, dando conta de possível conduta ímproba, porquanto imoral, do ex-Secretário da Prefeitura de Três Lagoas Walmir Arantes, que, aparentemente sem participar da Comissão do Concurso de Fiscal de Tributos promovido em 2007 pelo referido Município, mas se valendo do poder de mando que sabidamente exercia, prestou-lhe informação mendaz, que pode ter levado à sua exclusão do certame.

6. Inquérito Civil nº 5/2017

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Othechar de Souza Palma, Estância Las Palmas

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário do imóvel rural “Estância Las Palmas”, localizado na MS 325 (Estrada Carandazal), zona rural, Região do Nabileque, município de Corumbá/MS, Sr. Marcelo Othechar de Souza Palma, com o fito de regularizar e compensar a construção de dique/barragem, desprovido da respectiva licença ambiental.

7. Inquérito Civil nº 27/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas, em tese, pela Administração Pública no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, tais como, defeitivo quadro funcional, desvio de função, falta de equipamentos, condições precárias das viaturas e não fornecimento de fardamentos.

8. Inquérito Civil nº 16/2013

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walmir Garcia Leal

Assunto: Apurar a notícia de prática de infração ambiental por Walmir Garcia Leal, consistente na exploração de 72 (setenta e duas) árvores de origem nativa sem a devida licença expedida pelo órgão ambiental, no município de Alcínópolis.

9. Inquérito Civil nº 46/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilmar Antunes Olarte

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e lesão ao erário, decorrente da nomeação de 1.044 servidores comissionados, sem a observância dos critérios impostos pela Lei da Ficha Limpa.

10. Inquérito Civil nº 31/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Uniagro Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade na Empresa Uniagro Aviação Agrícola Ltda., consistente no uso, produção, consumo, comércio, aplicação aérea e o armazenamento de agrotóxicos e fertilizantes, desprovidos de licença ambiental.

11. Inquérito Civil nº 21/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no concurso de Provas e Títulos da Carreira da Polícia Civil/PCMS/2013, notadamente quanto à falta de convocação dos candidatos aptos após o aumento do número de vagas.

12. Inquérito Civil nº 7/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Milton Sposito Prado

Assunto: Apurar a regularidade jurídica-ambiental do imóvel rural denominado Sítio Caraja Cue.

13. Procedimento Preparatório nº 1/2017

6ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Departamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Requeridos: Diretor e Agentes Penitenciários da Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas

Assunto: Apurar falta de assistência à saúde do interno Marciano Marques de Barros na Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas.

14. Inquérito Civil nº 4/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Itaquiraí

Assunto: Apurar possível violação ao princípio da moralidade administrativa, supostamente praticada pelo prefeito municipal de Itaquiraí, em decorrência eventual abuso do poder consistente na transferência imotivada do servidor público Alexandre Tomazelli.

15. Inquérito Civil nº 18/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Afonso Ramão Rodrigues Junior, Hallem Rodrigues Jaser, Leonel Lemos de Souza Brito e o município de Bonito/MS

Assunto: Apurar eventual ato lesivo ao patrimônio público na contratação, pelo município de Bonito, da empresa Afonso Ramão Rodrigues Júnior - ME para realização do espetáculo “Dudinha e a Galinha Pintadinha”.

16. Inquérito Civil nº 20/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto ao teor da Portaria nº 32 do DETRAN/MS, a qual estabelece a obrigatoriedade de realização de vistoria anual nos veículos com mais de 05 (cinco) anos para concessão do respectivo licenciamento.

17. Inquérito Civil nº 23/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Edilson Gonçalves Dias

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao acúmulo de água, limpeza de terrenos baldios e erosão existente nas proximidades da central de tratamento de esgoto de Nova Andradina/MS.

18. Inquérito Civil nº 4/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação Neotrópica do Brasil e o município de Bonito

Assunto: Apurar eventual malversação de verbas públicas, oriundas do Fundo Municipal do Meio Ambiente, no âmbito do Convênio nº 10/2015, na consecução dos projetos “Programa de Conservação Ambiental de Bonito - MS” pelos requeridos conveniados.

19. Inquérito Civil nº 22/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta perturbação do sossego causada por ranchos, tais como: “Rancho do Xuxa 1, 2 e 3”, “Rancho Recanto Pantanal 1”, antigo “Rancho Tay” e “Rancho RC”.

20. Inquérito Civil nº 29/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ribas do Rio Pardo e outros

Assunto: Apurar possível apropriação de combustíveis custeados pelos cofres públicos e recebimento indevido de valores.

21. Inquérito Civil nº 25/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa destinada a coleta, transporte e destinação do lixo do município de Jardim/MS, realizada através do Contrato nº 64/2013 e seu respectivo termo aditivo.

2.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000253-4**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: F.F.M.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela servidora F.F.M., lotada no Museu MARCO (Fundação da Cultura).

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000031-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário em virtude de sinistro de trânsito ocorrido com veículo acautelado pelo Poder Judiciário ao Instituto Agrícola do Menor.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000568-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido na Prefeitura Municipal de Campo Grande, decorrente da contratação de profissionais nutricionistas, em detrimento dos aprovados no concurso público, que não foram nomeados para o cargo de nutricionista.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000630-1

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no atendimento oftalmológico realizado no Centro de Especialidades Médicas.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000752-2

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades apontadas no relatório da "CPI da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil", da Câmara dos Deputados, quanto à prescrição, fornecimento e implantação de próteses e órteses nos pacientes atendidos pelo SUS.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000777-7

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estevão Antônio Petrallas

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas, em tese, por Estevão Antônio Petrallas, funcionário público lotado junto à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que o mesmo seria Presidente do Operário Futebol Clube (associação privada), bem como o horário de trabalho seria incompatível com o exercício do cargo ou função.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001314-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual prejuízo ao erário e negligência à conservação do patrimônio público, consistente na substituição do motor do veículo Fiat, modelo Freemont, placas HTO-3693, por falta de manutenção regular.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001410-1

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Eduardo Romero

Requerida: Prefeitura de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na omissão do Poder Público Municipal quanto à remoção de lixo e entulho em área do Bairro Santo Eugênio, nesta Capital, a qual estaria colocando em risco a saúde de moradores da região

9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001497-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto favorecimento na aprovação de projetos culturais para recebimento de benefícios do Fundo de Investimentos Culturais do Estado de Mato Grosso do Sul – FICMS.

10. Inquérito Civil nº 06.2016.00001594-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Bruno Ribeiro Villela

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na nomeação de três servidores municipais para coordenação de serviços em unidades socioassistenciais, sem a devida contraprestação pecuniária.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001499-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação de Combate ao Câncer da Grande Dourados Hospital do Câncer de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na administração do Hospital do Câncer de Dourados-MS, nos termos noticiados pelo Ministério Público Federal.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000549-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de festas no "Rancho Vilela", situado no município de Jaraguari/MS.

13. Procedimento Preparatório 06.2017.00000923-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Danilo Benelli de Almeida Alves

Assunto: Apurar os fatos noticiados no Auto de Infração n. 23342 IMASUL.

14. Inquérito Civil nº 06.2017.00001151-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Anaurilândia

Assunto: Apurar eventual abuso na utilização de licenças médicas pelos servidores administrativos e professores, contratados e concursados, vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001594-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo na Prefeitura Municipal, diante do parentesco existente entre a funcionária contratada Léa Karla de Moura Dias e o servidor nomeado para cargo comissionado Ozéias Marinho de Lima.

16. Inquérito Civil nº 11/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar possível irregularidade no pagamento de diárias dos vereadores Ronaldo Brunet Pereira, Valério Antunes Arguelho, Ademar Barros.

17. Inquérito Civil nº 28/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de servidores pelo município de Bonito.

18. Procedimento Preparatório nº 9/2014

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados

Assunto: Apurar a falta de métodos de controle de pragas urbanas (pombos) no Terminal Rodoviário do município de Glória de Dourados e na Escola Municipal Dois de Maio, pela Prefeitura Municipal.

19. Inquérito Civil nº 21/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reinaldo Olegário Marques

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no recebimento de diárias pelo senhor Reinaldo Olegário Marques, servidor temporário deste Município, o que caracteriza, em tese, ato de improbidade administrativa, em razão do possível enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação aos princípios da Administração Pública, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.429/92.

20. Inquérito Civil nº 58/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guttemberg Mertatti Prata Vieira, fazenda Santa Catarina

Assunto: Dificultar a regeneração natural de vegetação nativa em área de preservação permanente.

21. Inquérito Civil nº 42/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul - FETEMS

Requerido: Município de Nova Andradina/MS

Assunto: Apurar o descumprimento pelo município de Nova Andradina/MS da carga horária dos profissionais do magistério público definida no art. 2º, §4º, da Lei nº 11.738/2008.

22. Inquérito Civil nº 124/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no tratamento desigual entre policiais militares, especialmente quanto a supostos benefícios recebidos por apadrinhados dos coronéis da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

23. Inquérito Civil nº 3/2013 - Anexo S

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Benedito Aparecido Buzetti

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Dulce.

24. Inquérito Civil nº 229/2012 - Anexo REM

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de eventuais danos ambientais ocorridos na propriedade rural denominada fazenda Nova Esperança.

25. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual implantação do Projeto Brasil Transparente na comarca de Porto Murtinho.

26. Inquérito Civil nº 22/2014

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Porto Murtinho

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente da queima de pneus inservíveis indevidamente armazenados pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho.

27. Inquérito Civil nº 20/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Maragno

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Santo Antônio de propriedade do requerido, localizado no município de Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

28. Inquérito Civil nº 9/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar denúncia de eventual favorecimento do Município de Três Lagoas à empresa W.R. Engenharia, seja pela disponibilização de área pública para instalação de antena de comunicação, seja por patrocinar a desmontagem e a remontagem da antena noutra área, seja por pagar serviço de vigilância para a proteção de patrimônio privado (local em que antena de comunicação foi instalada).

29. Inquérito Civil nº 21/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada/MS

Assunto: Averiguar a regularidade de eventual contrato nº 291/11 de prestação de serviços advocatícios celebrado entre o município de Nova Andradina e Aires Gonçalves e Advogados Associados S/S.

30. Inquérito Civil nº 63/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ana Lúcia Pereira Centurion

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de haver casas, adquiridas por meio da EMHA e AGEHAB, abandonadas ou vazias no Conjunto Vila Fernando e no conjunto João Amorim.

31. Inquérito Civil nº 20/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na concessão do incentivo referente ao Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande - PRODES, em relação às empresas que se estabeleceram no “Polo Empresarial de Reciclagem”.

32. Inquérito Civil nº 14/2013

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Emílio Quendi Oshita

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, consiste na construção de uma estrada de entorno do loteamento Chácaras “Novo Horizonte”, localizada às margens do Rio Aquidauana em Terenos/MS.

33. Inquérito Civil nº 15/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar possível situação de nepotismo e desvio função pelos servidores públicos do município de Jaraguari, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa.

34. Inquérito Civil nº 9/2014

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Dourados

Assunto: Apurar eventual omissão do poder público municipal, no tocante à suposta ocupação irregular de passarelas públicas no bairro Parque Alvorada.

35. Inquérito Civil nº 134/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da existência de irregularidades ambientais decorrentes da falta de conservação do solo na fazenda Adonai, em Naviraí/MS.

36. Inquérito Civil nº 14/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade pela eventual prática de dano ao meio ambiente, ocorrido na propriedade rural denominada fazenda Nossa Senhora Aparecida, em razão da descaracterização de cobertura vegetal pela permanência de animais de cultura agropecuária em área de preservação permanente, também demarcada como Reserva Legal.

37. Inquérito Civil nº 2/2010

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba

Assunto: Apurar irregularidades na Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba/MS.

2.2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001479-0**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ausência de pagamento de verba pública.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001087-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade em contratação de servidores

11. Inquérito Civil nº 6/2011

Assunto: Apurar eventual dano provocado em área de preservação permanente, falta de medidas de conservação do solo e a regularidade jurídico-ambiental da propriedade de Alonso Custódio de Lemos, localizada nas imediações do bairro Alto.

12. Inquérito Civil nº 56/2014

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Andradina
Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as irregularidades constatadas pelo Conselho Regional de Farmácia relacionadas à dispensação de medicamentos pelo Município de Nova Andradina/MS.

13. Inquérito Civil nº 36/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do município de Itaporã, tendo em vista a prática de improbidade administrativa, consistente na irregularidade e/ou fraude na contratação de locação de vários veículos.

14. Inquérito Civil nº 5/2013

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jesus de Souza Rego

Assunto: Apurar eventuais denúncias de possível ato de improbidade administrativa praticada por Jesus de Souza Rego, ocorrido no município de Alcinoópolis/MS.

15. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ézio Bonifácio da Costa e o Ministério Público Estadual

Requerido: Tecnilo Tecnologia em Silagens

Assunto: Visando averiguar a situação ambiental da empresa Tecnilo Tecnologia em Silagens, localizada na Rodovia MS 355, km 014, zona rural, Terenos/MS.

16. Inquérito Civil nº 25/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de suposto pagamento manifestadamente desproporcional pelo município de Jaraguari/MS com relação à desapropriação de dois hectares em frente à BR163 (cemitério municipal, próximo à Polícia Rodoviária Federal).

17. Inquérito Civil nº 107/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ao erário e ofensa aos princípios da Administração Pública, resultante da suposta paralisação de obras da Escola Estadual Prof.^a Alice Nunes Zampiere e da Escola Estadual Prof.^a Fausta Garcia Bueno.

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 054/2018 XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº

1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de Direito, deverão entregar a documentação no CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO – Matutino -Campo Grande

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
19/02/2018	8h30min	FERNANDA MORTARI VÉGAS	61
19/02/2018	8h30min	EZEQUIEL ANTONIO DA COSTA	62
19/02/2018	8h30min	ISABELLA CERVEIRA RIBEIRO MARIANI	63
19/02/2018	8h30min	LUIZ FERNANDO SILVA DE ARRUDA RODRIGUES	64
19/02/2018	9h	GABRIELLE ANGEL LEIKO REZENDE NAKASHIMA	65
19/02/2018	9h	LAURA GABOARDI MELQUÍADES	66
19/02/2018	9h	BRUNA NATIELLY DUTRA SANTANA	67
19/02/2018	9h	FABIANA FRANCISCA DE FREITAS	68
19/02/2018	9h30min	HENRIQUE GALEGO RODRIGUES DE BARROS	69
19/02/2018	9h30min	SAMUEL LUCAS FERNANDES DO CARMO	70
19/02/2018	9h30min	MARCUS VINICIUS LOURENÇO FERREIRA	71
19/02/2018	9h30min	NAYARA SILVA CORREA	72

DIREITO – Vespertino – Campo Grande

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
19/02/2018	13h30min	ANA PAULA CENTURIÃO	78
19/02/2018	13h30min	ANDERSON GOYA COELHO	79
19/02/2018	13h30min	LUCAS OLIVEIRA MOTTA	80
19/02/2018	13h30min	MATEUS MACEDO DA SILVA	81
19/02/2018	13h30min	WILLIAN FELIPE ALVES ROSA	82
19/02/2018	14h	BRUNA COTRIN RODRIGUES	83
19/02/2018	14h	ALAN ALMEIDA SANTOS	84
19/02/2018	14h	MAYKON YOICHI MIYASHIRO	85
19/02/2018	14h	PEDRO HENRIQUE FERREIRA DE SOUZA	86
19/02/2018	14h	GUILHERME DE FIGUEIREDO GENTIL	87
19/02/2018	14h30min	DEORENILSON ANTONY KILL	88
19/02/2018	14h30min	BRUNNIELLY PEREIRA DA COSTA	89
19/02/2018	14h30min	INGRID RIBEIRO BERNAL	90
19/02/2018	14h30min	IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA	91
19/02/2018	14h30min	SABRINA SANTOS REZENDE	92
19/02/2018	15h	EVILYN WENDY COSTA PEREIRA	93
19/02/2018	15h	GABRIELLY BURTON LOPES SCHMAEDECKE	94
19/02/2018	15h	MAURICIO SERPA FRANÇA	95
19/02/2018	15h	THAYENNE OLIVEIRA DA SILVA	96
19/02/2018	15h	CAIO MOLINA AMBRIZZI	97
19/02/2018	15h30min	SARAH FIGUEIRÓ DE ARAÚJO	98
19/02/2018	15h30min	HELOISA MARANHÃO RIBEIRO	99
19/02/2018	15h30min	CARLOS HERCULANO DA COSTA FILHO	100
19/02/2018	15h30min	GABRIELA CERQUEIRA COSTA	101
19/02/2018	15h30min	GABRIELA DOS SANTOS BEBBER	102

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada , emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações) ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais (Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 16, IV do Edital);
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ceaf@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o CEAF/MPMS (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional), sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça

AVISO Nº 055/CEAF-2018

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no item 14, IX do Edital n.º 001/2017-CEAF de 16/3/2017.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - REGIÃO DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Auditório do Edifício das Promotorias de Justiça de Campo Grande - 4º andar situado à Rua da Paz, 134- Centro, Campo Grande – MS.

Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.02.2018	9h	DIRLENE SILVA SUDÁRIO	156
09.02.2018	9h	ADEMAR DE SOUZA FREITAS JÚNIOR	157
09.02.2018	9h	ÉVERTON JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO	158
09.02.2018	9h	SILVIA MARIA DE QUEIROZ MELHADO	159
09.02.2018	9h30min	RAFAEL BRUNO ROJAS KACZAN	160
09.02.2018	9h30min	IAGO PABLO DOS	161
09.02.2018	9h30min	DALTON DE OLIVEIRA	162
09.02.2018	9h30min	JAKELYNE DE FREITAS FERREIRA	163
09.02.2018	10h	JÚLIA MOURA SANCHES	164
09.02.2018	10h	ISABELA TIEMI BRASSALOTI OTSUBO	165
09.02.2018	10h	RICHARD SAYMON SANTOS DURÃES	166

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
02.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino em Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas no Anexo VIII (<u>não será aceito documento que não contenha todas essas informações</u>);
03.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
04.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais (Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 16, IV do Edital);
05.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
06.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
07.	Atestado de exame ABO-RH;
08.	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
09.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11.	Declaração de não participação em diretoria de partido político (modelo anexo VII);
12.	Diploma de bacharel em Direito.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ceaf@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o CEAF/MPMS (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional), sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 31 de janeiro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 007/2018**

A Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio, das Promotorias de Justiça da Comarca de Cassilândia, objeto do EDITAL N. 001/2017/PJ Cassilândia, publicado no DOMP-MS n. 1.613, de 26.10.2017, p. 49/54 (Processo PGJ/10/3674/2017).

Campo Grande, 31 de janeiro de 2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAL Nº 008/2018/PJ ITAPORÃ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Itaporã, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Itaporã, objeto do Edital nº 001/PJ/ITA/2017 – ADMINISTRATIVO / NÍVEL MÉDIO, de 10 de março de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1466, de 16 de março de 2017, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Itaporã.

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Isabeli Ortega de Oliveira Souza	2º
*candidato da cota de negros	
**candidato da cota de pessoa com deficiência	
***candidato da cota de indígena	

Itaporã – MS, 29 de janeiro de 2018.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS
Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

EDITAL Nº 006/2018/PJ SIDROLÂNDIA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Sidrolândia, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, INDEFERE a admissão como estagiária da candidata NITHIELLY ALINE DE ANDRADE WEIGNER, aprovada em 3º lugar, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Sidrolândia, homologado em 2 de maio de 2017, por ter concluído o terceiro ano do ensino médio em 2017, conforme prevê o art. 2º, II da Resolução nº 015/2010-PGJ, e o item IX do Edital nº 001/2017/PJ Sidrolândia, de 23 de fevereiro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1455, de 24 de fevereiro de 2017; e CONVOCA o candidato DANIEL BARBOSA VELASCO, aprovado em 4º lugar no referido Processo Seletivo, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Sidrolândia – MS, 31 de janeiro de 2018

JANELI BASSO
Promotora de Justiça

**ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 2/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/0057/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- MAC GAS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI - ME, representada por Altair Capristano Freitas.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de recarga gás engarrafado (botijão 13 Kg), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã – MS.

Valor estimado mensal: R\$80,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000113, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 8/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0091/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- ORLANDO DE QUEIROZ.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas, no edifício-sede da Promotoria de Justiça de Camapuã-MS.

Valor estimado mensal: R\$80,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000157, de 12.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 9/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0060/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, NILZA GOMES DA SILVA.

2- CLEBER EVARISTO BALOQUE – ME, representada por Cleber Evaristo Baloque.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste – MS.

Valor estimado mensal: R\$560,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000122, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 11/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0075/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LINO LOURENCO DA SILVA REINOSO, representada por Lino Lourenço da Silva Reinoso.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema – MS.

Valor estimado mensal: R\$300,00 (trezentos reais) nos termos da Nota de Empenho 2018NE000130, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 13/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0062/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- JOAO ELIAS LUIZ PEREIRA 51882329104, representado por João Elias Luiz Pereira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul – MS.

Valor estimado mensal: R\$300,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000124, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 14/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0073/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- JOAO ELIAS LUIZ PEREIRA 51882329104, representado por João Elias Luiz Pereira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de limpeza de calhas, no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul – MS.

Valor estimado mensal: R\$105,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000131, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 21/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0068/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- LINO LOURENCO DA SILVA REINOSO, representada por Lino Lourenço da Silva Reinoso.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema – MS.

Valor estimado mensal: R\$500,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000128, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 23/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0070/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- NICOLAU CANTEIRO.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã – MS.

Valor estimado mensal: R\$666,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000141, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 24/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0071/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- JOSE DO CARMO CAMPOS FILHO 17535832172, representada por José do Carmo Campos Filhos.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem, no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS.

Valor estimado mensal: R\$100,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000145, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 26/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0096/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- UILSON ELIAS GARCIA – ME, representada por Uilson Elias Garcia.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão de 20L), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Inocência-MS.

Valor estimado mensal: R\$27,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000209, de 15.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 16.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 31/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0101/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- COMERCIAL JERE DE ALIMENTOS LTDA., representada por Jaime Carlos de Oliveira Filho.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20l), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã – MS.

Valor estimado mensal: R\$88,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000215 de 15.01.2018.

Vigência: 17.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 17.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 45/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0140/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- OFICINA VERDE JARDINAGEM LTDA. – ME, representada por Ederson Clayton de Oliveira.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas – MS.

Valor estimado mensal: R\$590,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000228, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 57/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0114/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- RONILDO SIDNEI FERRAZZA – ME, representada por Ronildo Sidnei Ferrazza.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão 13 Kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã – MS.

Valor estimado mensal: R\$80,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000242 de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 58/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0082/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- A3 AMBIENTAL LTDA – ME, representada por Paulo Cezar Azambuja Bulgarelli.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Serviço de descontaminação e descarte de lâmpadas, para atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, as Promotorias de Justiça da Capital e o GAECO.

Valor estimado mensal: R\$660,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000235, de 15.01.2018.

Vigência: 19.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 19.01.2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 68/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0232/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- CK CONVENIÊNCIA LTDA – ME, representada por CHARLY KIPGEN.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas – MS.

Valor estimado mensal: R\$425,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE000293 de 17.01.2018.

Vigência: 22.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 22.01.2018.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04/2017

Extrato do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04/2017, celebrado entre o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Governador, Senhor REINALDO AZAMBUJA SILVA, com a interveniência SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, representada pelo Secretário, Senhor JOSÉ CARLOS BARBOSA, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por meio da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO/MS, representada pelo Procurador-Chefe, Senhor LEONTINO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR, o MINISTÉRIO DO TRABALHO, por meio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE MATO GROSSO DO SUL, representada pelo Senhor VLADIMIR BENEDITO STRUCK, Superintendente Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Senhor DIVONCIR SCHREINER MARAN, Presidente do TJ/MS, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por PAULO CEZAR DOS PASSOS, Procurador-Geral de Justiça, a DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada pelo Senhor LUCIANO MONTALLI, Defensor Público-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA, representada pelo Senhor CLÁUDIO RODRIGO DE OLIVEIRA, Gerente Regional Centro-Oeste e Distrito Federal

Processo: PGJ/10/3578/2017.

Objeto: Implantação da aprendizagem profissional nas Unidades Educacionais de Internação – UNEI do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, Lei nº 9.636/98 e demais normas correlatas.

Vigência: 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação.

Data da assinatura: 08.11.2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0002/2018/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Rua da Paz, n. 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001465-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: J. de P.

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização de servidor público comissionado, durante horário de expediente, em atividade privada ligada a agremiação partidária (art. 9º, inciso IV, Lei 8.429/92).

Campo Grande, MS, 31 de janeiro de 2018.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0004/2018/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a retificação do objeto do Inquérito Civil n.06.2016.00000737-7 que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2016.00000737-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Assunto: Apurar demora no agendamento de primeira consulta em especialidades médicas no Município de Campo Grande.

Campo Grande, MS, 29 de janeiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**AQUIDAUANA****EDITAL N.º 003-2018-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000108-0 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000108-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proprietário do Pesqueiro Bom Jesus

Finalidade: Apurar a regularidade da instalação de draga para extração de areia no leito do Rio Aquidauana, bem como a ocorrência de danos ambientais em área de APP em razão da deposição de areia nas margens do mesmo rio.

Aquidauana - MS, 30 de janeiro de 2018.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0006/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00001234-0 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00001234-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00001234-0

Requerente: Ministerio Publico Estadual de Mundo Novo-MS

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar suposta contratação ilegal de servidores sem concurso público no município de Japorã/MS.

Mundo Novo/MS, 30 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N.º 0007/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00001192-0 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00001192-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00001192-0

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais desvios de função e "funcionários fantasmas" no posto de saúde de Japorã-MS.

Mundo Novo/MS, 31 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça Substituto

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000131-4.

Requerente: Link Card Administradora de Benefícios Eirelli EPP.

Requerida: Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

Assunto: apurar eventual execução irregular de contratos de fornecimento de combustível da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS com a empresa Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda. de 2013 a 2016.

Nova Andradina, 29 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 006/2018

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000248-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa em virtude de irregularidades no repasse de verbas previdenciárias do Município de Paranaíba ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município, originado das diligências promovidas no Inquérito Civil n. 003/2017.

Paranaíba, 30 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 013/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000247-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Donato Lopes da Silva

Assunto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em dispensa ilegal de licitação, mediante fracionamento de contratações diretas realizadas pelo Município de Rio Brilhante/MS ao longo do ano de 2017 para aquisição de equipamentos, peças, serviços de manutenção elétrica, mecânica, balanceamento e alinhamento de veículos de uso do Município.

Rio Brilhante – MS, 30 de janeiro de 2018

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA-CLARA

EDITAL N. 0001/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000228-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Água Clara/MS

Assunto: Apurar a suposta prática de nepotismo e de outras possíveis violações a princípios da administração Pública no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS.

Água Clara/MS, 26 de janeiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N. 0002/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000219-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ENERGISA S/A – Distribuidora de Energia

Assunto: apurar eventuais irregularidades no fornecimento do serviço e manutenção da rede elétrica no município de Água Clara/MS, tais como constantes oscilações e quedas de energia neste município.

Água Clara/MS, 26 de janeiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N. 0003/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000251-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Água Clara e Silas José da Silva

Assunto: Apurar suposta lesão ao patrimônio público cultural do município de Água Clara/MS configurador, em tese, de ato de improbidade administrativa.

Água Clara/MS, 29 de janeiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça Substituto

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0013/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2017.00002108-3, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002108-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura do Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: apurar supostas irregularidades no pregão presencial 021 de 2012 da Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 31 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça substituto

EDITAL 0014/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2018.00000016-0, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000016-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Arlene Pereira de Lima

Assunto: regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0178 SOS Rios.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 31 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça substituto